

Sempre à espera do Jubileu

...o mundo desenvolvido é moralmente culpável ao exigir o pagamento de uma dívida impossível de ser reembolsada. A questão de uma total anulação das dívidas não é negociável. Isso deve simplesmente ser feito.

Arcebispo Njongonkulu Ndungane, África do Sul

- | No Haiti, o país mais pobre do Ocidente, o desemprego atingiu a taxa de 70%; a taxa de mortalidade infantil é duas vezes mais elevada do que a taxa média do Caribe. A sua dívida corresponde globalmente a 40% do seu PIB. Apesar disso, no quadro das iniciativas atuais, considera-se que o Haiti não é passível de uma diminuição da sua dívida.
- | Uganda é o país mais avançado no processo de redução da dívida, no entanto, mesmo quando houver recebido todo o perdão parcial prometido, o país terá de gastar ainda pelo menos 50 milhões de dólares anualmente para o reembolso da dívida.
- | Grosso modo, a morte de sete milhões de crianças, anualmente, resulta da crise criada pelas dívidas.

Nesses três últimos anos, mormente entre os homens de fé, criou-se um consenso no sentido de que a dívida internacional é uma questão de justiça prioritária para a nossa época. A força do movimento internacional do Jubileu 2000 foi uma prova do apoio geral a uma forma substancial de redução das dívidas. Mas, ao mesmo tempo em que muita gente está convencida de que a diminuição das dívidas é uma questão de justiça, também é verdade que percebe com pouca clareza os pormenores que envolvem essa questão:

- | Como os países desenvolvidos conseguiram criar dívidas tão consideráveis?
- | Quais são as múltiplas maneiras pelas quais a dívida afeta os países empobrecidos?
- | Até que ponto as soluções propostas são eficazes? Que soluções deveríamos adotar?

Este numero de *Perspectivas* aborda essas questões a um só tempo de modo analítico e experimental iluminado pela visão dos membros de Santa Cruz em Uganda, Brasil e América do Norte. Nós os convidamos a fazerem chegar ao Bureau Santa Cruz internacional para a justiça os relatos da sua experiência sobre a dívida internacional e a luta pela sua redução, para que pudéssemos partilhá-los dentro da família Santa Cruz.

No início...

Os problemas das dívidas que hoje conhecemos podem ser ligados a acontecimentos dos inícios dos anos setenta. À época, os bancos comerciais estavam inundados de dólares americanos, depositados pelos países produtores de petróleo. Dispondo desses fundos, os bancos estavam impacientes para financiar projetos, não raro sem levar em conta os méritos do empréstimo. Encorajavam-se os países do Sul a tomarem emprestado e os mesmos impacientavam-se por fazê-lo - a taxa de crescimento deles era elevada, os juros internacionais eram relativamente baixos e os empréstimos estavam sujeitos a condições sem importância.

Quando eclode a crise do petróleo em 1979, a reserva federal americana reage elevando os juros internacionais a níveis recordes para jugular a inflação, Com isso os juros internacionais explodem. De fato, a inflação caiu, mas as economias do Norte conheceram uma dura recessão. Esses gestos resultaram num duplo efeito sobre os países do Sul. As taxas de juros elevadas fizeram crescer excessivamente os custos do empréstimo e a recessão fechou o mercado aos produtos do Sul, de tal modo que os países em via de desenvolvimento não podiam mais beneficiar-se com divisas para pagar os seus juros, agora já lá nas alturas. No outono de 1982, o impensável acontece: o México proclama a sua incapacidade de reembolsar a sua dívida externa.

Uma boa parte dos empréstimos dos anos 70 tinham sido tomados de bancos comerciais, mas à medida

que evoluíam as estratégias para atacar a crise cada vez maior, os países devedores tomavam emprestados maciçamente de governos (empréstimos bilaterais) e de instituições financeiras internacionais, tal como o Fundo Monetário Internacional (FMI) (empréstimos "multilaterais") - em parte para reembolsar os empréstimos comerciais. A desastrosa espiral dos empréstimos para reembolsar as dívidas começava a funcionar.

A amarga medicina das dívidas

As dívidas bilaterais e comerciais com certeza constituíram-se num pesado fardo para os países pobres, mas as dívidas multilaterais transformaram-se num tipo de dívida das mais problemáticas. Todo tipo de dívida drena recursos dos países empobrecidos e desvia somas imensas de dinheiro da saúde, da educação e da produção de alimentos. Todas elas impedem o desenvolvimento social e económico necessário para fazer com que as nações saiam de sua condição de pobreza. Mas as dívidas são um pesado fardo a carregar unicamente por causa dos "programas de ajuste estrutural" (PAE) que as acompanham.

Os PAEs são políticas de reforma económica que visam a "fazer avançar" as economias vacilantes, submetendo-as às prescrições neoliberais clássicas: jugular a inflação, equilibrar o orçamento, promover o comércio. Pensados pelo Banco Mundial e o FMI, os PAEs são, de fato, exigências de desempenho para a obtenção da ajuda multilateral. Para habilitarem-se a novos empréstimos, os países devedores devem pôr em execução políticas económicas prescritas, independentemente do seu impacto sobre os cidadãos e o meio ambiente. Na realidade, é por demais evidente que as exigências típicas dos PAEs - que comportam medidas como:

- | a redução de despesas governamentais e a elevação de tarifas;
- | a desvalorização da moeda;
- | a elevação dos juros;
- | a privatização dos serviços públicos;
- | a desregulamentação do comércio e dos investimentos e
- | a promoção da produção de produtos de exportação -- nada mais fazem do que acentuar a pobreza e acelerar a destruição dos ecossistemas.

No papel, os PAEs podem dar a impressão de sanear as economias, mas a um custo terrível para o povo e o meio ambiente. De regra, sob o regime dos PAEs, o desemprego sobe em flecha e os salários desabam. Isso vai tornar duplamente problemáticos os cortes de despesas e a privatização dos serviços governamentais. Os cortes provocam uma redução dos serviços governamentais e a eliminação das subvenções para os alimentos de primeira necessidade, o transporte público, a educação e os cuidados com a saúde. Muitos PAEs impõem também "taxas de utilização" - taxas pelos serviços antes dispensados gratuitamente pelo governo, como, ambulatórios e mesmo água potável. Finalmente, a ênfase colocada pelos PAEs sobre a produção para a exportação conduz muitas vezes ao deslocamento de camponeses auto-suficientes e acelera a super-exploração dos recursos e o emprego excessivo de produtos químicos na agricultura. Sem dúvida alguma, os programas de ajuste estrutural sobrecarregaram o impacto das dívidas e aumentaram o sofrimento que dela decorre.

O desafio do jubileu

No início dos anos 90, a consciência pública relativa às conseqüências humilhantes das dívidas começaram a aprofundar-se. Em 1996, a pressão era suficientemente grande para levar as principais nações credoras e os bancos de desenvolvimento multilateral a lançarem um primeiro programa de redução das dívidas: A *Heavily Indebted Poor Countries Initiative* [A Iniciativa dos países pobres fortemente endividados (PPFE)]. Nessa época e por várias razões, a PPFE era considerada como um gesto "pioneiro". Pela primeira vez,

- | os credores multilaterais põem-se de acordo para verdadeiramente *reduzir* a dívida dos países mais pobres e não somente reescalóná-la ou emprestar dinheiro novo para o serviço da dívida;
- | no momento de decidir quais seriam as dívidas a serem reduzidas. os líderes levavam em

consideração o compromisso dos países devedores de reduzirem a pobreza e

- | as dívidas dos países eram revisadas e tratadas de modo global.

À medida, todavia, em que se desenvolvia a PPFE, rapidamente tornou-se evidente que a iniciativa não era bem o que se desejava que fosse na sua origem:

- | muito poucos países qualificavam-se para a redução e o nível real de redução das dívidas era muito limitado;
- | a elegibilidade para uma redução da dívida estava estreitamente ligada à efetivação dos PAEs e
- | o tempo de espera para acontecer essa redução era muito longo.

Três anos e meio após a efetivação da PPFE, somente 2,6% das dívidas dos 41 países fortemente endividados tinham sido amortizadas e somente quatro países tinham sido realmente beneficiados com alguma redução. Quando os líderes do mundo encontraram-se em Colônia em 1999, foram constrangidos por milhares de militantes que criticavam os seus tímidos esforços e exigiam uma anulação completa das dívidas. Esse apelo foi retomado pelo militantes do Jubileu 2000 através do mundo.. Após duras negociações, os líderes do G-7 anunciaram que eles amortizariam substancialmente um maior número de dívidas dos países mais pobres, dando assim nascimento à *HIPC - a Enhanced HIPC Initiative* [Iniciativa PPFE melhorada].

Ainda que em teoria a PPFE II ofereça uma maior redução e tente garantir que as poupanças dos países devedores sejam utilizadas para reduzir a pobreza, a iniciativa ainda é desfigurada. Os países devedores ainda continuam a seguir um programa de austeridade econômica durante pelo menos três anos para qualificarem-se a uma redução das dívidas. Aos países, uma vez qualificados, a redução chega a passo de tartaruga. No final do ano 2000, somente 22 dos 41 países fortemente endividados beneficiaram-se com a redução da PPFE, a maioria investe ainda uma vez e meia a mais de dinheiro no serviço da dívida do que com a saúde dos seus cidadãos.

O que deveria acontecer

Se as iniciativas da PPFE são tão inadequadas, o que é que *deveria* ser feito para "romper as cadeias das dívidas"? Fora das salas do Banco Mundial e do FMI, existe um espantoso consenso sobre a necessidade de se passar a outras etapas. Do Concílio do Vaticano sobre a justiça e a paz ao Bono U2, do secretário geral das Nações Unidas aos ativistas do movimento do Jubileu internacional, há um forte no sentido da anulação em 100% das dívidas dos países pobres. Especificamente o movimento do Jubileu pede que a anulação das dívidas seja:

- | mais rápida (todos os credores deveriam parar imediatamente de receber os pagamentos dos países mais pobres com a condição de que os recursos disponíveis sejam utilizados para reduzir a pobreza);
- | mais profunda (todos os credores, em particular o Banco Mundial e o FMI, deveriam anular 100% das dívidas dos países mais pobres - sem impor as condições do PAE);
- | mais ampla (os países empobrecidos atualmente excluídos do processo da PPFE, como Bangladesh, Haiti e o Peru, deveriam ser candidatos à redução das suas dívidas); e
- | mais justa (os processos de anulação das dívidas deveriam ser pensados em parceria com os países empobrecidos, não controlados pelos credores).

É factível a anulação de 100%? Os principais líderes mundiais já se engajaram nessa empreitada, mas os credores multilaterais poderiam eles permitir-se a anulação em 100% das dívidas dos países mais pobres? Um estudo recente feito por uma firma de contabilidade londrina indica que o Banco Mundial e o FMI detêm suficientes recursos para anularem 100% das somas que lhe devem os países fortemente endividados sem que por isso seja prejudicada a sua capacidade de funcionar.

O ano jubilar já passou, mas a maioria dos pobres do mundo continua a esperar a libertação do Jubileu. O

movimento internacional do Jubileu provou, todavia, que os cidadãos comuns que trabalham juntos *podem* ter um impacto sobre as políticas nacionais e internacionais. É agora o momento exato para a luta pela redução das dívidas. Uma anulação completa é uma possibilidade real - caso continuemos a insistir com a determinação e a urgência que a nossa fé exige.

Abre a boca em favor do mudo, pela causa de todos os abandonados: abre a boca, julga com justiça, defende a causa do pobre e do infeliz.

Provérbios, 31, 8-90

Os brasileiros declaram: "A vida passa antes da dívida"

Michael Mary Nolan, c.s.c.

A dívida exterior do Brasil passou rapidamente de 3 milhões de dólares em 1964 para 270 milhões em 1999. No decorrer destes dez últimos anos, o país consagrou 216 milhões ao serviço da dívida e, no entanto, ela quase dobrou. Ainda que se considere o Brasil como um país "em via de desenvolvimento" com um nível médio de renda, o perfil de distribuição de rendas do Brasil situa-se entre os piores do mundo, com um quarto da sua população - 40 milhões de habitantes - vivendo abaixo do limiar de pobreza.

Nesses últimos anos, os membros de Santa Cruz no Brasil participaram em numerosas atividades organizadas pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e por outros organismos da sociedade civil para estimular uma reflexão em nível nacional sobre os efeitos e implicações da dívida externa brasileira.

Em abril de 1999, a dívida brasileira era "citada em processo" diante do *tribunal do povo* no Rio de Janeiro. Aproximadamente 2.000 pessoas de diversas regiões do Brasil e do mundo participaram nesse evento. Entre os juízes, estava um representante da Corte Suprema, juízes federais e advogados. O júri contava com brasileiros de reconhecido mérito e, entre eles, o cardeal Paulo Evaristo Arns e os representantes dos desempregados, dos camponeses sem terra, dos aposentados e dos sindicatos.

Além de analisar as causas da dívida e de partilhar as responsabilidades, o tribunal também elaborou outros meios para livrar-se do endividamento e das suas conseqüências sociais e ambientais. Após quatro sessões, recheadas de muitos e diferentes testemunhos, o tribunal torna público o seu veredicto. A sentença afirmava que a dívida já tinha sido devidamente reembolsada; que ela é "moral, legal e politicamente injusta e insustentável... e que ela persiste unicamente como um mecanismo de submetimento e de servidão da sociedade ao poder financeiro dos usurários e do capital mundializado, bem como de transferência da riqueza aos credores." O tribunal condenou o processo "iniquo e ilegítimo" pelo qual o Brasil se individualizou.

Dez meses mais tarde, em setembro de 2000, os brasileiros participaram de um plebiscito nacional não oficial sobre a dívida e o FMI. O referendo, lançado pela campanha brasileira do Jubileu 2000 e fortemente apoiada pela Conferência dos Bispos do Brasil, fazia três perguntas:

- 1 Deve o governo brasileiro manter o seu entendimento atual com o FMI?
- 1 Deve o Brasil continuar a pagar a sua dívida externa sem uma auditoria pública dessa dívida tal como prescrito pela Constituição de 1988?
- 1 Os governos, municipais, estaduais e federal devem eles continuar consagrando uma grande parte do orçamento público para pagar os especuladores da dívida interna?

Seis milhões, trinta mil, cento e vinte nove pessoas votaram nesse plebiscito: 93,6% votaram "não" à primeira questão, 95,6% votaram "não" à segunda e à terceira questões. Os brasileiros declararam com isso: "A vida passa antes da dívida"!

Em 2001, a campanha focalizou duas iniciativas maiores. A primeira visa à votação de duas propostas no Congresso: uma pedindo um referendun oficial sobre a dívida; uma outra, a anulação das dívidas contraídas com o Brasil por países cuja renda per capita é menor do que a brasileira.

A segunda iniciativa aborda a questão da dívida interna. Formam-se comitês locais para funcionar como "cães de guarda" dos orçamentos das cidades - para vigiar as despesas e levar ao conhecimento do grande público os desvios de fundos. As informações fornecidas por esses grupos tornarão conhecidas as conseqüências da dívida interna sobre a vida cotidiana dos brasileiros.

Michael Mary Nolan, irmã de Santa Cruz de São Paulo, Brasil, é advogada dos direitos humanos que se especializou no trabalho com os prisioneiros, os Quilombos (descendentes de escravos negros) e pessoas vítimas de contaminação química. Ela é membro de comissões de direitos humanos nas áreas estadual e nacional e age como conselheira em direitos humanos junto a um membro do Congresso do Brasil.

A redução da dívida de Uganda melhora muito as coisas

Elizabeth Tusiime, c.s.c. e John Bailanda, c.s.c.

A dívida total de Uganda em 1998 era de 3,6 milhões de dólares: quase três quartos da dívida a longo prazo constituem uma dívida multilateral. Ainda que o país se classificasse como 159º entre 175 no índice de desenvolvimento humano compilado pelo programa de desenvolvimento da ONU, Uganda sempre foi forçada a gastar mais para o serviço da dívida do que para a saúde e educação. Atualmente Uganda é o país mais avançado no processo de redução das dívidas do PPFE. Os fundos, ainda que limitados, outorgados pelos PPFE já fizeram dobrar para 94% o número de inscrições na escola primária e aumentar em 270% os fundos destinados aos cuidados de primeira linha na área da saúde.

Uganda tomou emprestado desde o momento da sua independência nos anos 60. Esses empréstimos foram utilizados para melhorar a nossa infraestrutura: estradas, indústrias, escolas, estruturas institucionais, hospitais, etc. Esses fundos, todavia, não foram sempre utilizados para responder às necessidades identificadas de início, mas foram desviados para interesses privados ou malversados. Infelizmente a corrupção foi um fenômeno corrente ao longo dos 40 anos de existência de Uganda como estado independente. E uma boa parte desse período foi marcado pela guerra; os fundos eram, não raro, desviados para fins militares. Por todas essas razões e outras, Uganda acumulou uma dívida insustentável e impossível de reembolsar - uma dívida que faz mergulhar na miséria os pobres e os marginalizados do nosso país.

A maioria dos ugandenses não está bem informada sobre as causas e as conseqüências da dívida ou da anulação da dívida. Ao longo dos últimos dez anos, falou-se mais do reembolso ou do serviço da dívida. O serviço da dívida levou a uma sobretaxação da maioria já empobrecida e ao colapso dos serviços essenciais, tais como os da saúde, educação e bem estar social. Ainda que muitos não o entendam, a anulação das dívidas vai favorecer a expansão e a melhoria desses serviços sociais essenciais.

Os grupos religiosos apoiaram vigorosamente a noção da anulação da dívida. Existem vários tribunais para tratar dessa questão: as comissões de justiça e paz nas igrejas locais, as organizações ecumênicas e as comissões nacionais interconfessionais. Os nossos colegas de Santa Cruz participaram em muitos desses organismos. O papel mais importante desses tribunais foi o de pressionar para a redução das dívidas, oferecendo as suas vozes para defender o povo. Uma outra função crucial foi a educação das pessoas sobre a questão da anulação das dívidas, da eliminação da pobreza e a orientação adequada a ser dada aos serviços essenciais.

Já podemos constatar os resultados dessa educação e do funcionamento desses tribunais. O governo trabalhou para criar um mecanismo de imputabilidade e de transparência como pré-requisitos para a anulação das dívidas. À medida em que diminuía os pagamentos do serviço da dívida, os recursos eram encaminhados aos Fundos de ação contra a pobreza, supervisionados por representantes do governo, das ONGs nacionais, das Igrejas, dos sindicatos e dos organismos internacionais. Mais serviços foram oferecidos aos marginalizados (por exemplo, pela intermediação de grupos de mulheres e pela promoção dos jovens), e as infra-estruturas das regiões afastadas foram renovadas (por exemplo, melhoria das estradas e eletrificação). Um dos frutos mais importantes foi a expansão dos serviços educativos a fim de

garantir o acesso à escola primária. A anulação das dívidas também melhorou a economia que, por sua vez, gerou renda mais considerável proveniente dos impostos e do crescimento industrial.

A maioria dos ugandeses ainda não foi conscientizada em relação à redução das dívidas. Isso continua sendo uma tarefa considerável tanto para o Estado como para a Igreja. À medida em que o governo tenta tornar-se mais imputável e transparente perante o povo, é de suma importância que a Igreja e o governo tornem conhecida a necessidade da anulação das dívidas e o quanto isso seria vantajoso para certos grupos particulares e para a nossa sociedade.

Elizabeth Tusiime, irmã de Santa Cruz, é enfermeira e administradora do Centro Familiar Santa Cruz em Kyarusozi, Uganda. Responde também pela promoção vocacional na parte ocidental de Uganda e trabalha no ministério junto às presidiárias. John Bailanda, irmão de Santa Cruz, atualmente ensina no Colégio São Leão em Fort Portal, Uganda. No ano próximo, vai assumir a responsabilidade do desenvolvimento para o Distrito da África Oriental.

Jesus - condenado pela dívida

Clarita Bourque, m.s.c.

Era Sexta-feira Santa e as Marianitas de Nova Orleans tiveram uma ocasião única de crescer na sua tomada de consciência sobre a necessidade da anulação das dívidas para as nações empobrecidas do mundo. Cada ano, grupos religiosos e agências sem fins lucrativos cruzam o Distrito central dos negócios de Nova Orleans para comemorar os sofrimentos de Jesus no caminho que o conduzia à morte. As "estações" são pontos de parada ao longo do percurso, sítios que nos lembram os sofrimentos que atormentam hoje o corpo de Cristo.

Este ano, a primeira estação -- comemorando a condenação à morte de Cristo -- estava sob a responsabilidade das Marianitas. A questão era a dominação dos pobres e dos oprimidos pelos ricos e poderosos. Os dominantes - a riqueza, o sectarismo, o poder (representados por três das nossas irmãs portando máscaras) -- manipulavam três fantoches representando os pobres, os oprimidos e as vítimas da violência. A personagem, Cristo, surge para romper as suas cadeias. O primeiro fantoche foi libertado quando a riqueza excessiva de alguns indivíduos e nações foi distribuída com mais equidade, quando cada um e cada uma de nós tentou viver mais simplesmente e quando fomos capazes de convencer os nossos governos a perdoarem a dívida das nações empobrecidas.

Isso convinha bem ao começo da nossa *Via Sacra: Via de justiça* que convida a resistir aos sistemas de dominação. E por causa desses sistemas, são inevitáveis certos sofrimentos de Jesus e da humanidade abordados nas estações subseqüentes -- sofrimentos causados por uma saúde mal cuidada, pelo crime, o castigo, o racismo e o sexismo.

Ainda que os sofrimentos do Jesus contemporâneo pareçam, muitas vezes, esmagadores, cada uma das estações terminava de modo significativo com um tom positivo. Juntas, na esperança, rezávamos: " Por todas as pessoas que vêm um mundo diferente, que têm uma visão do sonho de Deus para nós e que trabalham com pequenos e grandes meios para concretizarem a sua visão, Senhor nós Te damos graças."

Clarita Bourque, Marianita de Santa Cruz, é assistente diretora da Unity for de Homeless (União em favor dos sem tetos), uma coalizão de 70 agências que socorrem os sem tetos de Nova Orleans.

Romper as cadeias das dívidas: Iniciativas do Jubileu nos Estados Unidos e no Canadá

Carol J. Descoteaux, c,s,c,

- 1 O Jubileu do ano 2000 afirma-se como um movimento internacional quase milagroso que criou no povo um sentimento de urgência em relação à anulação das dívidas. Nos Estados Unidos, o *Jubileu 2000/USA* (agora o *Jubilee USA Network*) (Rede EEUU do Jubileu) informaram milhões de norte-americanos sobre o problema da dívida internacional, da pobreza, do desenvolvimento e da mundialização. Lançada por ocasião da Cúpula do G-7 em Denver em 1997, sob os auspícios de grupos religiosos que trabalham junto ao Banco Mundial e do FMI. O Jubileu EEUU apoiou um

excelente programa de educação popular, organizou um jejum de massa através do país e exerceu com êxito pressões sobre o Congresso e os administradores americanos. Por exemplo:

Os Estados Unidos aceitaram anular 100% da dívida bilateral de mais de 30 "países fortemente endividados" (PPFE);

- | O Congresso aprovou fundos para apoiar a anulação parcial das dívidas multilaterais dos PPFE;
- | O Congresso também destinou 545 milhões de dólares para a anulação da dívida bilateral e multilateral dos PPFE (375 outros milhões são ainda necessários para os dois próximos anos para que os Estados Unidos honrem os seus compromissos atuais em relação à redução das dívidas);
- | O presidente George W. Bush acrescentou 224 milhões de dólares ao seu orçamento para reduzir a dívida.

A Rede EEUU do Jubileu, recentemente reestruturada, organiza-se para prosseguir os seus esforços para além do ano 2000 com campanhas que visam a:

- | a anulação completa das dívidas dos países mais pobres quando da Cúpula de Gênova em 2001;
- | a estabelecer uma ligação entre a redução da dívida e a luta contra a epidemia de AIDS e
- | a eliminação das condições de ajuste estrutural, sobretudo em relação às taxas de uso dos serviços essenciais.

A Rede quer também chamar a atenção para a "dívida odiosa, criminosa e ilegítima" e sobre a ligação entre dívida e comércio.

O movimento canadense do Jubileu, que inclui centenas de religiosos e religiosas de Santa Cruz, concentra-se em três aspectos: a dívida internacional, a redistribuição das riquezas e a renovação da terra. Iniciado em setembro de 1998, o movimento canadense do Jubileu 2000 logrou grandes êxitos. A petição do Jubileu 2000 relativa às dívidas foi assinada por 635 000 canadenses e o governo canadense aceitou o princípio de que uma anulação unilateral de 100% da dívida seja concedida a Bangladesh em dezembro de 1999.

As irmãs de Santa Cruz americanas e canadenses foram ativas no movimento do Jubileu. As irmãs da região americana inauguraram um programa de autoeducação em relação às economias modernas; também colaboraram na redação de cartas e participaram em campanhas tal como a "Global Chain Reaction" (Reação mundial em cadeia) -- uma iniciativa do Jubileu 2000 que colheu mais de 17 milhões de assinaturas no mundo todo.

Sob o impulso da Conferência dos Bispos Católicos do Canadá, a Igreja canadense no seu conjunto apoiou fortemente a anulação das dívidas. Os secretariados diocesanos de promoção da justiça social no mundo uniram-se em torno do Jubileu. Somente na arquidiocese de Ottawa, 90% das paróquias participaram nos projetos de anulação das dívidas.

As Irmãs de Santa Cruz em todo o Canadá participaram de abaixo-assinados em relação às dívidas e das campanhas de redação de cartas destinadas às suas comunidades locais, às redes apostólicas e às paróquias. Quando da recente Cúpula das Américas, a liderança usou o *web site* da congregação para solicitar apoio para a anulação das dívidas. Na região de Quebec, o filme *Turbulence* foi exibido perante um certo número de comunidades locais, suscitando gestos ulteriores em favor da redução das dívidas. Esse filme sublinha o impacto potencialmente negativo dos acordos de livre comércio sobre os países em via de desenvolvimento e serve-se do exemplo da desvalorização da moeda no México para mostrar os problemas das nações endividadas.

Sem sombra de dúvidas, a campanha do Jubileu 2000 para a redução das dívidas suscitou uma reação positiva junto a milhões de pessoas no mundo e entre elas os membros da nossa família Santa Cruz. Resta ainda a questão: "Conseguimos integrar interiormente as palavras de ordem do Jubileu, ou seja, libertar e perdoar?" É assumindo esses desafios em profundidade e engajando-nos verdadeiramente na ação que faremos a experiência, pessoal e congregacionalmente, do que quer dizer verdadeiramente

"romper a cadeia das dívidas".

Carol Descoteaux, irmã de Santa Cruz, é vice-presidente da Missão, Spiritual Care and Ethics [Missão, Assistência Espiritual e Ética] no Hospital São José em Nashua,, New Hampshire, EE.UU. Teóloga e ex-presidente do Colégio Notre Dame em Manchester, New Hampshire, Carol também se comprometeu com o trabalho missionário a domicílio nos "campos de lenhadores do Alaska" e participou da fundação da Escola de formação de mestres no Colégio Regina Assumpta no Haiti.

Informações sobre o Jubileu e a anulação das dívidas

Web sites

- | O site do BSCIJ www.holycrossjustice.org contém numerosos artigos informativos sobre a dívida e mais de 25 links com os organismos que se preocupam com a justiça econômica no mundo.
- | *Jubilee Plus* www.jubileeplus.org dispõe de todas as informações mais recentes sobre a dívida e a campanha do Jubileu e apresenta uma lista de todos os contactos nacionais do Jubileu.
- | *Jubilee South* www.jubileesouth.net especializa-se nas perspectivas das dívidas dos povos do Sul.
- | O site da *Economic Coalition for Economic Justice* canadense www.ecej.org oferece abundantes informações sobre as dívidas e outras questões econômicas mundiais, inclusive o seu boletim trimestral "Economic Justice Report".
- | O site da *Initiative oecuménique candienne pour le Jubilé* www.ceji-iocj.org apresenta excelentes informações sobre a anulação das dívidas e as suas outras áreas específicas - a redistribuição da riqueza e a resistência ecológica - em francês e inglês.

Vídeos

- | *Banking on Life and Debt* - uma produção da congregação Maryknoll sobre o impacto das políticas do Banco Mundial/FMI sobre a vida em Gana, Brasil e Filipinas (30 minutos)
- | *To Be a Woman: African Women's Response to the Economic Crisis* - produzido pela Coalition oecuménique canadienne sur l'Afrique, esse vídeo estuda os PAEs e o seu impacto sobre a vida das mulheres em Gana, Uganda e Zâmbia (42 minutos, um guia de estudos está disponível)
- | *Jubilee Spirituality* - uma produção do *Center of Concern* que guia os espectadores em reflexões sobre a espiritualidade do Jubileu, compreendendo orações, leituras, música e imagens visuais (1 hora; um guia de acompanhamento está disponível para um retiro de meio dia).

Esses vídeos podem ser tomados emprestados gratuitamente (disponíveis em VHS e PAL) da biblioteca de informações sobre justiça das Irmãs de Santa Cruz (e-mail: ksmedley@cscsisters.org; telefone: 219-284-5303; fax: 219-284-5596).

Queremos publicar as informações disponíveis em outras línguas além do inglês. Por favor, mandem as suas recomendações para livros, artigos, vídeos ou web sites em relação com as questões de justiça econômica, ecologia e marginalizados para: mturgi@igc.org ou ksmedley@cscsisters.org. <mailto: ksmedley@cscsisters.org.>

Perspectives é uma publicação do *Bureau Sainte-Croix international pour la justice*. Por favor, façam chegar todas as perguntas, questões ou idéias para Mary Turgi, c.s.c., 403 Bertrand Annex - Saint Mary's Notre Dame, IN 46556-5018
 Telefone: (219)284-5366
 E-mail: mturgi@igc.org
www.holycrossjustice.org

O que podemos fazer?

- | Nós o convidamos a tomar contacto com o movimento do Jubileu no *seu* próprio país e a comprometer-se nas suas campanhas. Informações para ajudá-lo a tomar contacto com os movimentos do Jubileu estão disponíveis no web site Jubilee Plus www.jubileeplus.org, Se você não tem acesso à Internet, entre em contacto com o *Bureau Sainte-Croix international pour la Justice* (BSCIJ) e encontraremos essas informações para você.
- | O encontro anual de líderes do G-8 realizar-se-á do dia 20 a 23 de julho de 2001 em Gênova, Itália. Você terá a cobertura desses encontros e o seu seguimento no web site do BSCIJ www.holycrossjustice.org.
- | Do dia 28 de setembro a 4 de outubro, o Banco Mundial e o FMI manterão encontros gerais conjuntos anuais em Washington, D.C. Ativistas vindos de toda parte do mundo se farão presentes em Washington nesse momento para pleitear em favor dos pobres e fazer trabalho de educação nessa área. Trata-se de excelente ocasião de organizar as campanhas de redução das dívidas, bem como de eventos locais para sublinhar a necessidade da anulação das dívidas multilaterais. Consulte os modelos de cartas e outras sugestões no web site do BSCIJ